

# **A POLÍTICA EXTERNA DOS INSTITUTOS CULTURAIS: UMA ANÁLISE DA DIPLOMACIA CULTURAL SOB A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA DA CULTURA**

Isabel Roth<sup>1</sup>, Juliana Barreto<sup>2</sup>

---

## **RESUMO**

O presente trabalho busca estabelecer um diálogo entre o campo das relações internacionais e da gestão cultural como forma de compreender a diplomacia cultural e os seus desdobramentos conceituais, sob a luz da dimensão sociológica da cultura. Para tanto, analisará os institutos culturais de promoção cultural externa de Brasil e Alemanha para entender quais as estratégias políticas que permeiam a sua presença cultural internacional. A pesquisa utiliza de análise histórica, elementos teóricos e análise conjuntural política.

**Palavras-chave:** Diplomacia Cultural. Institutos Culturais. Brasil. Alemanha. Política Externa. Gestão Cultural.

## **ABSTRACT**

The present work aims to establish a dialogue between the field of international relations and cultural management as a way of understanding cultural diplomacy through the sociological dimension of culture. The research focuses on the role of culture institutes for international promotion. To that end it analysis the case studies of Brazil and Germany to comprehend how political strategies permeate their international presence. The research uses theoretical approach and historical and political analysis.

**Keywords:** Cultural Diplomacy. Brazil. Germany. Foreign Policy Cultural Management

---

1 Especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo (2020) e bacharel em Relações Internacionais pela Fundação Armando Álvares Penteado (2012). E-mail: isabel.lorch.roth@gmail.com.

2 Especialista em Gestão Cultural pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc São Paulo (2020), em Gestão Internacional pela Universidade Católica Portuguesa (2016) e bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012). E-mail: juliana.barreto.bt@gmail.com.

## Introdução

*A cultura, no campo das relações internacionais, tem conquistado maior prestígio ao longo do século XX e isso se deve, muitas vezes, às decisões tomadas pelos Estados que passaram a enxergá-la como um recurso importante para a política externa.*

Alex Sandro Beckhauser

Ainda que a associação entre cultura e poder remonte à Antiguidade, as referências à cultura no campo teórico das Relações Internacionais ganharam volume e importância apenas no final do século XX, trazendo luz aos resultados de estratégias nacionais de difusão cultural implementadas pioneiramente em países europeus desde o último quartil do século XIX.

As primeiras instituições do tipo, estruturadas com a finalidade de disseminar conhecimentos da língua e cultura nacional, eram comumente idealizadas e patrocinadas por agremiações de intelectuais, sendo portanto de natureza privada. A primeira instituição de caráter público originou-se na França quando, em 1871, o então Ministério de Assuntos Estrangeiros assumiu a gestão da Aliança Francesa, inaugurando um modelo de concepção e condução da política externa cultural que seria replicado pelos países vizinhos nas décadas subsequentes.

Este artigo dedica-se à análise institucional e da importância política internacional do Instituto Goethe, fundado na República Federativa da Alemanha em 1951, e do Instituto Guimarães Rosa, organização brasileira cujo anúncio de criação foi feito em 2019. Em que pese as disparidades históricas, políticas e comerciais entre Alemanha e Brasil, é possível traçar paralelos sobre a maneira como ambos países utilizam seus respectivos institutos como instrumentos de construção narrativa e repactuação de valores culturais no plano doméstico e internacional.

Em ambos os casos, verifica-se um contexto de ruptura com ideologias e práticas passadas — no caso do Instituto Goethe, um esforço de desvinculação da República de Bonn em relação à herança maldita do nacional-socialismo; no caso do Instituto Guimarães Rosa, uma tentativa de revisão institucional de práticas desenvolvidas durante as gestões anteriores, classificadas pelo governo Bolsonaro de “comunistas” e propagadoras de um suposto “marxismo cultural”.

Esse traço comum demonstra o peso simbólico da cultura no processo de transformação e fortalecimento da imagem do Estado perante o

Sistema Internacional e assinala sua importância como ativo estratégico na busca pela sustentabilidade da política externa, com efeitos positivos na diplomacia, comércio internacional e consolidação de alianças de caráter securitário, por exemplo.

Nesse sentido, o artigo revisa brevemente os processos históricos que culminaram na criação desses institutos e analisa como as ambições de política externa de seus respectivos países dialoga e se expressa por meio da localização, programação e parcerias locais dessas instituições.

Buscamos, através desse mapeamento, contribuir para a consolidação da ponte que interliga os campos teóricos da Gestão Cultural e das Relações Internacionais. Do primeiro campo, emprestamos o conceito de “dimensão sociológica da cultura”, a partir do qual obtemos os insumos para mapear e analisar a arquitetura institucional e gestão dos referidos Institutos. Do segundo campo, utilizamo-nos das noções de “poder brando” (*soft power*), “diplomacia cultural” e “marca-país” (*nation brand*, conceito derivado do marketing internacional), para embasar nossa argumentação sobre como as políticas externas culturais de um país podem fortalecer outros braços de atuação internacional do Estado, como a diplomacia e o comércio.

Resumidamente, o presente artigo organiza-se em seis partes. Na primeira seção, fazemos um breve apontamento sobre a metodologia utilizada, destacando os diferentes desafios encontrados no levantamento de dados para a pesquisa. Em seguida, revisamos os conceitos teóricos centrais para a análise da importância política e simbólica de ambos os institutos. Na terceira seção, discorremos sobre o papel da cultura no processo de reabilitação internacional da República Federativa da Alemanha a partir dos anos 1950, avaliando como a importância estratégica do Goethe se transformou ao longo das décadas, cumprindo hoje um papel relevante na promoção de valores e interesses nacionais do governo alemão. Na quarta seção, nos debruçaremos sobre o estudo de caso brasileiro, destacando o descompasso entre a continuidade histórica da tradição diplomática do Itamaraty e a fragilidade institucional das estruturas culturais no país. Na conclusão, comparamos as experiências investigadas, consolidando um diálogo teuto-brasileiro.

## **Metodologia**

Os conteúdos aqui elencados resultam de duas pesquisas independentes conduzidas pelas autoras. As metodologias diferem sobretudo pelo estágio de desenvolvimento dos institutos analisados e pelo acesso a informações oficiais dos dois países.

Para a contextualização teórica, utilizamo-nos de artigos e publicações brasileiras e internacionais de autores referenciados nos campos das Relações Internacionais, Marketing e da Gestão Cultural. Já na seção sobre a Alemanha, utilizamos fontes bibliográficas de historiadores e teóricos da comunicação, esse segundo conjunto especificamente nas menções ao processo de reabilitação internacional da imagem alemã perante a comunidade internacional no pós-guerra. Complementarmente, recorreremos a informações disponíveis em sites oficiais do governo e do próprio Instituto Goethe, como discursos de ministros e gestores culturais, além de profissionais ligados ao Instituto e sua programação.

Já na seção sobre o Brasil, utilizamos fontes bibliográfica oriundas majoritariamente do acervo da Fundação Alexandre de Gusmão e do próprio Instituto Rio Branco. Durante a pesquisa, tivemos dificuldade de localizar informações oficiais atualizadas, seja pela vagueza de informações disponíveis nos portais do governo, seja pela falta de atualização e manutenção dos sites. Nesse sentido, recorreremos ao Departamento Cultural do Itamaraty para solicitar uma entrevista com um representante oficial que pudesse nos fornecer detalhes sobre o processo de definição e consolidação da arquitetura institucional do Instituto Guimarães Rosa.

Logramos entrevistar a diretora do Departamento, a ministra Paula Souza. Na conversa, buscamos mapear os desafios de implementação do Instituto, a conjuntura na qual sua criação foi anunciada e as diferenças e evoluções entre a Rede Brasil Cultural e o novo centro. O depoimento da ministra foi fundamental para a estruturação da análise, dada a dificuldade de obtermos dados oficiais atualizados do governo federal.

Nesse sentido, reforçamos o contraste entre o grau de transparência e acesso à informação proporcionado pelos governos da Alemanha e do Brasil. Enquanto as informações buscadas sobre a política externa, política digital e diplomacia cultural alemãs foram facilmente localizadas em sites bem organizados, de linguagem acessível e frequentemente bilíngues, o acesso difícil a informações sobre as políticas brasileiras sugere intencionalidade, por parte do governo, de restringir o acesso a informações.

### **Revisão teórica**

Embora a cultura tenha sido historicamente utilizada como instrumento de base ou auxiliar no desenvolvimento de relações interestatais, com reverberações nos campos político, militar e comercial, foi apenas no século XX que o Estado assumiu formalmente o papel de condutor e

orientador da cultura, com a criação de políticas autônomas e departamentos de Estado especializados<sup>3</sup>.

Similarmente<sup>4</sup>, a prática da “diplomacia pública” — definida pelo objetivo de um Estado influenciar indiretamente a ação de outro Estado por meio da manipulação da opinião pública estrangeira — definiu-se e ganhou peso, principalmente no xadrez político europeu, em finais do século XIX. Novas estratégias de comunicação estatais foram desenvolvidas durante as guerras mundiais e a noção de propaganda, que data do período, tornou-se um dos pilares estratégicos mais expressivos na construção da imagem internacional governamental — o que se evidenciou mais fortemente no período da Guerra Fria.

Carr avalia que “o poder sobre a opinião não era menos essencial para os propósitos políticos que os poderes militar ou econômico e esteve sempre muito associado a eles” (2001, p. 120). Nesse contexto a promoção da cultura em âmbito internacional, conduzida pelo Estado e influenciada por pautas da agenda de política externa, contribuiu para a consolidação da diplomacia cultural como uma seara importante das Relações Internacionais.

É no sistema multipolar do pós-Guerra Fria, e sob a dinâmica de interdependência complexa diagnosticada por Nye Jr. e Keohane (1988), que o Estado fortalece o entendimento da diplomacia cultural como “ramo privilegiado da diplomacia pública, sendo entendida a cultura como sistema estético, filosófico e moral de expressão dos valores de uma comunidade (com a) característica de ‘desarmar tensões’, de criar uma atmosfera de abertura à alteridade, de adesão à diferença” (MADEIRA, A. P., 2016, p. 23). Em outras palavras, um dos principais pilares de sustentação do “poder brando” (*soft power*), conceitualizado por Nye Jr. como a capacidade de um Estado atingir seus objetivos no plano internacional através da persuasão e da cooperação.

A habilidade de convencimento característica do poder brando é corolário da credibilidade do Estado no SI, alcançada por meio da consistência e constância com que o país em questão promove valores essenciais

---

3 Destacam-se as experiências pioneiras de Mário de Andrade no Brasil e do Ministério da Cultura na França.

4 Segundo Villanova (2017), as primeiras menções à diplomacia pública surgem ao final do século XIX, em publicações que cobravam maior transparência nas negociações internacionais, até então reservadas à alta cúpula de governos e classificadas como segredos de Estado. Além de Carr, Villanova apresenta os estudos de Panment (2013) e Gregory (2007) para argumentar que o fim da Primeira Guerra Mundial é o marco histórico da diplomacia pública nos moldes do século XX. Essa categorização coincide com a finalização da transição histórica do fim do longo século XIX para o breve século XX.

ao fortalecimento da comunidade internacional, tais como o pluralismo, a solução pacífica de controvérsias, a cooperação e o desenvolvimento sustentável, para citar alguns. Essa estratégia opõe-se, portanto, ao uso do “poder coercitivo” (*hard power*), poderio econômico e militar do Estado que se manifesta por meio de ações como a coerção e o uso da força, a imposição de sanções financeiras ou comerciais etc.

Ao longo do século XX, o poder coercitivo foi recorrentemente avaliado como a estratégia mais eficiente de afirmação nacional e conquista de objetivos no plano sistêmico. Com o fim da Guerra Fria e a aceleração da globalização, o reconhecimento da importância dos novos atores internacionais — como Organizações Internacionais, multinacionais e ONGs — e a incorporação de novos temas à agenda internacional, a teoria de Nye Jr. ganhou força. O poder brando passou a figurar como estratégico aos Estados que desejassem construir uma reputação internacional sólida, com relações sustentáveis ao longo do tempo. Após a invasão do Iraque pelos EUA (2003), Nye Jr. (2006) revisitou sua teoria, complementando as noções de *hard* e *soft power* com o conceito de *smart power*, a combinação equilibrada entre as estratégias de projeção de poder econômico-militar e diplomacia.

Em paralelo às formulações teóricas de Nye Jr., nascia um novo conceito, derivado do marketing, que viria somar-se aos de diplomacia pública, diplomacia cultural e poder brando. O termo *nation brand* foi cunhado pelo teórico britânico Simon Anholt (2011), que sugeria que os países reconhecessem suas marcas-país — somatória de símbolos históricos, políticos, econômicos, comerciais, socioculturais e geográficos — como ativos, trabalhando pela sua valorização no Sistema Internacional e, conseqüentemente, contribuindo para o aumento da competitividade de suas indústrias e serviços.

Em suma, o entendimento sobre o potencial e uso da cultura na esfera internacional evoluiu ao longo da história, tendo a diplomacia cultural se consolidado no séc. XX como instrumento essencial da *política cultural externa*. Ambos os conceitos se relacionam com a capacidade do Estado e da sociedade civil de mobilizar e catalisar os recursos culturais internos e promovê-los internacionalmente, garantindo os interesses nacionais e contribuindo para o diálogo e a cooperação internacional. A diplomacia cultural insere-se, assim, no amplo processo de construção e intercâmbio de valores simbólicos, definidos por Nye Jr. (2002) como *soft power*.

A *diplomacia cultural* compreende práticas diversas, como o intercâmbio de pessoas, promoção da arte e dos artistas nacionais, ensino de língua, distribuição de material de divulgação e apoio a projetos de cooperação intelectual e técnica (RIBEIRO, 1989), eventos e comemorações internacionais e qualquer outro tipo de ação planejada com a finalidade de amparar ou fomentar laços entre as nações (LESSA; SUPPO, 2007, p.

244). No caso do presente trabalho, o foco da análise dessas ações se concentra nos institutos culturais, entendidos como instrumentos de promoção da política cultural externa (MADEIRA, A. P., 2016).

Sob a ótica da Gestão Cultural e tendo em vista a teoria da dupla dimensão da cultura, o artigo busca promover uma análise focada na *dimensão sociológica da cultura*, campo mais favorável à intervenção estratégica da gestão pública. Conforme elencado por Isaura Botelho (2016), na dimensão sociológica, os circuitos institucionalizados facilitam a articulação de esforços, o planejamento de políticas e a mensuração de resultados. Nesse sentido, o trabalho volta-se para os modelos de gestão e estratégias de atuação dos institutos culturais, compreendidos como estruturas articuladas para a criação de sentidos, para avaliar os impactos de uma estratégia política cultural internacional.

### **Instituto Goethe**

O século XX marcou a história alemã de maneira dramática e decisiva: protagonista e derrotada em duas guerras mundiais, testemunha de uma profunda recessão econômica e palco da ascensão do maior genocida da história moderna, a Alemanha ainda esteve durante quase quarenta anos dividida ao meio, materializando em seu território e em prejuízo de seu povo a tensão e as diferenças irreconciliáveis existentes entre os blocos capitalista e soviético, teimosos protagonistas de uma interminável Guerra Fria.

A divisão da Alemanha (1949) resultou do tensionamento entre URSS e EUA, que disputavam a ocupação administrativa e influência ideológica sobre os territórios ocupados no pós-guerra. Foram dois países, dois sistemas de governo, duas propostas burocrático-administrativas, criados a partir e no cerne da disputa narrativa entre visões de mundo opostas.

Enquanto a República Democrática da Alemanha (RDA) submetia-se à administração direta de Moscou, a República Federativa da Alemanha (RFA) era constitucional e institucionalmente moldada segundo os valores e interesses dos Aliados. Como se sabe, a reunificação da Alemanha (1990) resultou na absorção da RDA pelo governo da RFA — expressa na prevalência constitucional desta (*Grundgesetz*, 1949): os valores ocidentais cristalizaram-se como pilares da política germânica, moldando a identidade e atuação internacional da Alemanha moderna.

Nesse sentido, o Instituto Goethe (Goethe Institut, 1951) carrega em seu DNA a essência dos valores e interesses da República de Bonn, representando simultaneamente a ruptura com a herança maldita do nazismo e o resgate de uma tradição humanista manifesta na filosofia, literatura e música nacionais.

O Goethe nasceu como sucessor direto da Academia Alemã (Akademie zur Wissenschaftlichen Erforschung und Pflege des Deutschtums, aka Deutsche Akademie, 1925), originalmente criada durante a República de Weimar sob inspiração da Academia Sueca. Embora nos primeiros anos o Instituto se assemelhasse em propósito e funcionamento à Academia, a substituição fazia-se necessária pela deterioração da reputação desta, que havia cedido às pressões do Terceiro Reich e incorporado a ideologia nazi-fascista a sua gestão (LANSHINA, 2013).

A finalidade originária do Goethe era formar estrangeiros como professores da língua alemã, inicialmente através de escolas localizadas em pequenas cidades da Baviera, como Bad Reichenhall (Berchtesgadener Land), Kochel (Bad Tölz-Wolfratshausen) e Murnau (Garmisch-Partenkirchen), que “representavam o melhor da Alemanha no pós-guerra”<sup>5</sup>.

Em 1952, a primeira sede internacional do Instituto foi aberta em Atenas; dez anos depois, eram 54 escritórios, sendo 37 estrangeiros. Até o final da década, o Instituto havia assumido, por intermédio de Dieter Sattler, diplomata responsável pelo departamento de artes do Ministério das Relações Exteriores (Auswärtiges Amt), a coordenação de outros centros culturais ultramarinos — evidenciando a relevância do Instituto para a definição das relações culturais internacionais da Alemanha. Em 2020, às vésperas de completar 70 anos, o Instituto conta com mais de 3 mil funcionários, empregados em 157 escritórios, distribuídos em 98 países.

Quanto à programação, evoluiu rapidamente: por influência dos protestos estudantis de 1968, o Instituto incorporou à sua grade temas sociais e políticos, além de referências de movimentos artísticos de vanguarda. A multidisciplinaridade de temas tornou-se desde então uma premissa da curadoria, que passou a refletir assuntos relacionados à política, sociedade, ética, artes em suas múltiplas linguagens e temáticas mais contemporâneas, como sustentabilidade e tecnologia.

Em suma, a instituição busca promover o diálogo intercultural, fortalecendo o desenvolvimento de estruturas da sociedade civil e a mobilidade global. Na página brasileira do Instituto, por exemplo, consta o objetivo de mostrar não só a arte e a cultura da Alemanha, mas também transmitir as tendências intelectuais contemporâneas e o cenário social do país, além de integrar projetos culturais a programas de cooperação educacional e fomentar o multilinguismo na América do Sul.

---

5 Informações detalhadas sobre o histórico do Instituto Goethe e sua programação, bem como discursos proferidos por seus representantes, foram obtidos nas páginas oficiais do Instituto Goethe e do Instituto Goethe Brasil, em consultas realizadas entre março e junho de 2020.

Esse discurso reflete um processo iniciado em 1970, quando o sociólogo Ralf Dahrendorf foi convidado a elaborar, a pedido do Ministério das Relações Exteriores, um guia de princípios norteadores para a diplomacia cultural, que fundamentou a decisão do então chanceler, Willy Brandt, de consagrar a política cultural como terceiro pilar da política externa, complementando os eixos diplomático e comercial.

Esses princípios norteadores introduziram o conceito de cultura estendida, compreendido como uma quebra de paradigmas na diplomacia cultural alemã (Grätz 2009, p. 2), dado que ampliou o entendimento de cultura em um sentido Williamsiano e definiu o trabalho de organizações culturais até a atualidade. Tradicionalmente, a compreensão germânica de cultura tendia a uma definição limitada, reflexo da auto-percepção da Alemanha como terra dos poetas e pensadores [*Land der Dichter und Denker*]: “A *Kultur* germânica tradicionalmente salientava a alta cultura e era intimamente ligada à valorização do *Bildung* (conhecimento, educação), ao vínculo étnico, às raízes da história germânica e — no caso das artes, música e performance — do financiamento estatal (Gienow-Hecht 2000, p. 486). É nesse contexto que Dahrendorf argumenta pela extensão do entendimento de cultura: “Nos dias de hoje, a cultura não é mais um privilégio de grupos de elite, mas é oferecida a todos” (Auswärtiges Amt 1970, p. 5), ela diz respeito à vida cotidiana e “como parte de um processo dinâmico de transformação da sociedade, ela deve lidar com uma variedade de temáticas cotidianas” (ibid.). (HARTIG, 2017, p. 263, tradução nossa.)

A incorporação dessa filosofia por parte do Ministério alterou substancialmente a maneira de a Alemanha se relacionar internacionalmente: o guia era um chamamento ao intercâmbio e à cooperação, conceitos que se cristalizaram nos discursos oficiais do governo e suas instituições parceiras, como o próprio Goethe. Formalmente, essas têm sido as premissas de aproximação e relacionamento intercultural promovidas pelo Instituto e demais instituições culturais e educacionais do país nos últimos anos.

Não obstante, o fato de a programação global do Instituto estar toda em articulação, norteadas por pontos programáticos da política externa do país, sugere que contextos locais nem sempre são contemplados na concepção e produção de eventos culturais e educacionais do Instituto — corroborando para o entendimento de que o discurso de valorização da cooperação e diálogo intercultural é mais fortalecido no campo das ideias do que propriamente no mundo real.

Ainda assim, reconhecemos que os benefícios ao desenvolvimento nacional advindos desse discurso não vêm apenas na forma de confiança e cooperação, expressando-se em resultados concretos, inclusive nos campos da credibilidade científica e tecnológica, do investimento estrangeiro direto e do comércio.

Os valores democráticos, a diversidade, as liberdades individuais e os direitos humanos são elencados como compromissos do Estado, frente à sua população nacional e também como compromissos inerentes à Política Externa<sup>6</sup>. Esta, por sua vez, replica tais princípios em seus braços de ação: diplomacia, comércio exterior e políticas culturais e educacionais. Ao conferir centralidade estratégica à diplomacia cultural, o Ministério assume a cultura como instrumento basilar para a definição de relações internacionais mais estáveis e duradouras, pautadas pela transparência, pelo respeito mútuo e pela empatia.

Na prática, os limites entre os braços de sustentação do tripé da política externa se sobrepõem, pela convergência de propósito entre as frentes e pela complementaridade de suas ações. Sobre os interesses econômicos da Alemanha, por exemplo, o Ministério pondera que, se por um lado a competitividade industrial e comercial são o objetivo maior da projeção internacional do país, por outro é imperativo que sua chancelaria e empresas nacionais contribuam para o desenvolvimento de uma cooperação econômica global justa e sustentável.

Esse posicionamento vem ao encontro do Plano de Ação Nacional “Economia e Direitos Humanos” (Nationaler Aktionsplan “Wirtschaft und Menschenrechte”, 2016–2020), elaborado com base na Agenda 2030, que “descreve um amplo catálogo de medidas do governo federal para melhor atender ao dever de Estado de proteger os direitos humanos (...) e ancora a responsabilidade das empresas alemãs pelo respeito aos direitos humanos em uma estrutura fixa pela primeira vez”.

Objetivamente, o Instituto Goethe foi utilizado ao longo dos anos como canal de contato entre cultura, história e sociedade alemãs e populações estrangeiras. Segundo o convênio originalmente estabelecido com o Ministério em 1976, por exemplo, o consentimento do governo é necessário para a abertura e fechamento de centros culturais. Nesse sentido, destaca-se o processo de expansão do Instituto para o Leste Europeu após a

---

6 Informações detalhadas sobre as diretrizes da Política Externa Alemã, programas e projetos específicos promovidos pelo governo e por agências parceiras, bem como discursos proferidos por seus representantes, foram obtidos nas páginas oficiais do Governo Federal (Bundesregierung) e do Ministério das Relações Exteriores (Auswärtiges Amt), em consultas realizadas entre março e junho de 2020.

queda do muro de Berlim: em 1991, já havia escritórios abertos em Varsóvia, Praga, Cracóvia, Budapeste e Moscou.

Duas décadas mais tarde, o diretor-geral do Goethe, Klaus-Dieter Lehman, assinalava que o novo grande desafio da organização era consolidar-se no Oriente Médio e Norte Africano, assim como na África Subsaariana e no Sudeste Asiático, notadamente na China. Essas tendências se expressaram na abertura de novas sedes em países africanos (a partir de 2008), em paralelo à fundação da organização dos Institutos Nacionais Europeus pela Cultura – EUNIC (2006) e da diversificação programática das sedes pelo mundo, em consonância com interesses sociopolíticos e econômicos contemporâneos do país.

O Instituto deve ainda contemplar as proposições feitas pelo Ministério no tocante à programação, explicitando o componente estratégico do plano de ação e gestão da instituição. Nesse sentido, nota-se que a Alemanha, potência ocidental com histórico de colonização modesto em comparação aos seus vizinhos europeus, beneficia-se menos da conexão histórica ou linguística com outros países e mais da construção de um diálogo relativamente horizontalizado, no qual o intercâmbio cultural não é tão marcado pelos traumas da experiência de exploração colonial. Não obstante, vale ressaltar como temas históricos, relativos à exploração colonial, apropriação cultural, construção de narrativas, racismo estrutural e pensamento decolonial são recorrentes na programação do Goethe — evidenciando certa conscientização e senso de responsabilidade por parte de seus gestores e curadores e, mais ainda, uma bem-sucedida estratégia de política externa orientada para a disseminação de uma imagem da Alemanha como potência aberta ao diálogo e à cooperação, defensora da democracia e da autodeterminação.

Atualmente o Goethe busca disseminar a diversidade de pensamento e a produção artística da sociedade germânica contemporânea, inspirando-se em sua tradição humanista e fomentando um ambiente criativo e propenso às trocas interculturais. Com efeito, reflete os interesses internacionais do país e traz materialidade à sua diplomacia cultural e *soft power* frente às evoluções conjunturais no Sistema Internacional. Ao mencionar interesses externos, destacamos que a programação está em sintonia com pautas tão diversas quanto a Primavera Árabe, o crescente populismo na América Latina ou os novos usos da Inteligência Artificial na produção artística.

Como recorte de pesquisa, analisamos reflexos da Política Internacional Digital (PID) alemã na programação do Instituto. Atento às transformações do cenário internacional em função do surgimento de novas

tecnologias e da dinamização da comunicação, o Ministério determina três objetivos estratégicos para a PID: garantir a segurança digital dentro e fora do país; trabalhar pela garantia dos direitos humanos, da liberdade e da privacidade do indivíduo na Era Digital; e explorar oportunidades econômicas e comerciais do setor.

Quanto à IA, o plano nacional foi formalmente definido pelo lançamento da “Estratégia Nacional para Inteligência Artificial ‘Made in Germany’” (Nationale Strategie für Künstliche Intelligenz “Made in Germany” [KI, 2018]), que consolida o desejo e tendência do país de tornar-se uma referência digital no século XXI. O documento é dividido em doze campos de ação e catorze objetivos, orientados para tornar o país um polo de pesquisa e liderança nas discussões sobre ética e legalidade, respeito aos direitos humanos e sustentabilidade na Era Digital. O último objetivo adereça a preocupação e compromisso do país com a produção cultural diversa e uma imprensa livre. Outro aponta o interesse da Alemanha em atrair profissionais altamente qualificados para trabalhar com pesquisa, inovação e desenvolvimento de negócios<sup>7</sup> não apenas em áreas técnicas como engenharia e TI, mas também no setor cultural. Esse interesse se manifesta em eventos que promovem informações sobre o mercado e oportunidades de pesquisa, realizados por agências e institutos ligados ao governo, como o próprio Goethe.

Destaca-se também na análise a capacidade da Alemanha de, no contexto de adaptação à Era Digital, resgatar e integrar alguns dos aspectos identitários mais fortemente ligados à sua herança filosófica e humanista e à sua reputação de excelência técnica, manifesta, por um lado, no compromisso de debater a ética na pesquisa e uso da IA e, por outro, no lançamento do selo de qualidade “Made in Germany”.

Em resumo, percebemos como a estruturação dos objetivos da Estratégia “Made in Germany” em três pontos — competitividade, desenvolvimento e uso ético, diálogo social amplo — reflete o tripé da política externa digital alemã — segurança, direitos humanos e privacidade no ambiente digital, oportunidades econômicas e comerciais —, que por sua vez encontram lastro nos pilares da política externa da Alemanha como um todo: diplomacia, comércio, políticas culturais e educacionais. Longe de ser casuais, essas relações explicitam a solidez das diretrizes políticas e compromissos internacionais do país e comprovam a constância deles ao longo do tempo.

---

<sup>7</sup> De acordo com o estudo de mercado *Decoding Digital Talent*, a Alemanha está em segundo lugar entre os países-alvo mais populares do mundo para especialistas digitais altamente qualificados, o que faz dela o local de trabalho mais atraente para quem não fala inglês no mundo (KI, 2018).

Os reflexos desses objetivos se expressam na proposta curatorial do Goethe, cuja programação plural perpassa temas como fluxos migratórios, relações Norte–Sul e relações Sul–Sul, desigualdade, desenvolvimento socioeconômico, autoritarismo, cerceamento de liberdades individuais, democracia, redes sociais, disseminação de *fake news* e segurança na internet, produção artística, pesquisa curatorial, arte digital e cena musical. Na versão estendida da pesquisa, mapeamos os temas de todos os projetos ativos no Instituto Goethe Brasil entre março e maio de 2020, classificando-os por área, formato e abordagem. Propusemos ainda a análise de duas entrevistas que integram a coletânea de textos do Projeto Pós-Humanismo, no intuito de comprovar como os conteúdos veiculados pela curadoria reverberam interesses sociopolíticos, comerciais e geoestratégicos da Alemanha.

### **Instituto Guimarães Rosa**

“Desde sua independência, o Brasil desenvolveu uma diplomacia ativa, que integrou a dimensão cultural” (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p. 204). O Ministro Celso Amorim (2015) afirma que a diplomacia brasileira recorre ao seu *soft power* como uma estratégia de poder muito antes de se dar conta disso. Nessa mesma linha, Joseph Nye Jr. aponta que o Brasil exerce naturalmente o seu *soft power* (apud MADEIRA, A. P., 2016). Com efeito, em 2019 o Brasil foi o único país latino-americano a integrar a lista dos trinta maiores *soft powers* do mundo (PORTLAND, 2019).

Essa postura brasileira pode ser explicada pelo fato de que “o Brasil origina-se de um primeiro esboço de globalização<sup>8</sup>, por isso, os fatores externos foram sempre cruciais em sua evolução e, com frequência, até determinantes” (RICUPERO, 2017, p. 36). Igualmente elementar é o recurso ao *soft power* e ao *smart power*, que aparece antes mesmo da independência como uma alternativa de posicionamento e obtenção de ganhos no sistema internacional, compensando a menor expressividade militar e econômica<sup>9</sup>.

No aspecto cultural, ainda durante o Império (1822–1889), o Brasil já empreendia algumas iniciativas de cooperação com instituições

---

8 A Expansão Marítima Europeia, também denominada Grandes Navegações, é considerada como a primeira etapa da globalização. Entre os séculos XV e XVII, os países ibéricos (Espanha e Portugal) iniciaram um movimento de busca de novas rotas comerciais que gradativamente alcançou toda a Europa e conectou o continente à África e às Américas.

9 No livro *A diplomacia na construção do Brasil*, o diplomata e jurista Rubens Ricupero (2017) argumenta que o conhecimento português em cartografia, superior ao espanhol, permitiu a definição das fronteiras brasileiras. Nessa perspectiva insere-se também o trabalho realizado pelo Barão do Rio Branco, primeiro chanceler da República.

estrangeiras, com o objetivo tanto de transmitir uma imagem de país “civilizado” como também para estruturar as instituições culturais no nível doméstico. Embora o país se coloque passivamente como “um simples receptáculo das políticas culturais europeias e norte-americanas” (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p. 204), apreende-se desse período como o elemento simbólico já estava sendo trabalhado para a projeção do Brasil internacionalmente de acordo com os interesses políticos vigentes.

Com a reforma administrativa de 1920, o Itamaraty assume oficialmente a atribuição de “promoção do intercâmbio comercial e de missões industriais, intelectuais e comerciais em benefício do Brasil” (CASTRO, 1983, p. 262). Entretanto, é em 1938 que surge a Divisão de Cooperação Internacional, estrutura institucional dentro do Ministério das Relações Exteriores para as relações culturais e difusão da realidade brasileira internacionalmente (DUMONT; FLÉCHET, 2014). Nessa primeira fase, “a diplomacia cultural se consolidou dispersa entre muitos ministérios e confusa quanto às atribuições de cada um dos organismos dela encarregados” (BARÃO, 2012). Passando por várias adaptações, essa estrutura mantém-se até hoje como responsável pela diplomacia cultural. Dessa condição, emergem duas características importantes, a precocidade e a continuidade da sua estrutura.

De acordo com Dumont e Fléchet (2014), após 1945 a política cultural do Brasil ganha novo fôlego e desenvolve-se rapidamente, com o maior reconhecimento dentro das diferentes instâncias políticas, acompanhada da inclusão da cultura popular ao lado das produções eruditas na então chamada divulgação cultural e, por fim, com a diversificação de destinatários, em termos de públicos a serem alcançados e espaços de atuação. Não obstante ao desenvolvimento heterogêneo com hiatos significativos<sup>10</sup> na diplomacia cultural, “é evidente que seu aparelho administrativo cresceu continuamente no período do pós-Segunda Guerra Mundial ao começo dos anos 1980” (ibidem, p. 211).

Nessa fase também se destaca a criação do primeiro Centro de Estudos Brasileiros (CEB) da Embaixada do Brasil, em Buenos Aires, em 1954, seguida pela expansão em outras capitais latino-americanas e europeias nas décadas seguintes. Embora com alcance geográfico reduzido<sup>11</sup>, a

---

10 Por exemplo, no começo dos anos 1950, o contexto da Guerra Fria, a hegemonia dos Estados Unidos no espaço latino-americano e a centralidade da agenda securitária e de desenvolvimento no sistema internacional refletem na “perda de atuação significativa do Estado, que se limitou à manutenção de instituições criadas anteriormente e à distribuição de parques subsídios” (BRANT apud BARÃO, 2012, p. 51).

11 Até o final do século XX, eram cerca de quinze CEBs, localizados sobretudo na América Latina.

presença de equipamentos com o objetivo de promover o idioma e as culturas nacionais representa um importante marco à luz da dimensão sociológica da cultura, uma vez que dialoga diretamente com “a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão” (BOTELHO, 2001, p. 74).

Na década de 1990, com o declínio do projeto nacional-desenvolvimentista<sup>12</sup> e o fim da Guerra Fria, as políticas culturais — a nível doméstico e externo — tornam-se mais permeáveis ao mercado, que passa a contribuir mais diretamente para o desenvolvimento. Igualmente relevante é a postura proativa que o Brasil assume no cenário internacional, em uma estratégia denominada de “autonomia pela integração” (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003). Por meio da criação do Mercado Comum do Sul (1994), A América do Sul torna-se uma área de ação privilegiada da política externa e, já em 1996, aprova-se o Protocolo de Integração Cultural do Mercosul. Nesse mesmo ano (1996), é criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, um espaço de concertação político-diplomática, que tem a promoção do idioma como um de seus objetivos fundadores. Observa-se como a cultura é utilizada para consecução dos objetivos políticos do Brasil, tanto no sentido de fomentar uma integração regional mais eficiente com os seus vizinhos, como de encontrar um novo espaço de atuação e projeção internacional com base em um elemento de afinidade cultural.

A valorização da cultura experimentada no final do século XX é aprofundada no início do século XXI, quando “a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo” (MILANI; PINHEIRO, 2012, p. 99). O diálogo entre os Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores permite uma ação cultural exterior em que as estratégias de política externa estavam associadas aos planos estruturantes da cultura em plano doméstico. É exemplar o protagonismo do Brasil na Convenção da Unesco para Diversidade em 2005 e a utilização sistemática e estratégica do *soft power* para a projeção internacional do Brasil.

A arquitetura institucional também é ampliada e diversificada, os CES são ampliados para geografias até então pouco exploradas pela diplomacia brasileira, mas que ganham gradativa importância durante a Era Lula (2003–2010), como os países da África e do Oriente Médio. Institucionalmente, tem-se também, em 2008, a renomeação de Centro de

---

12 O nacional desenvolvimentismo foi um conjunto de políticas econômicas adotadas no Brasil ao longo do século XX que privilegiavam o Estado como condutor da economia e indutor do desenvolvimento.

Estudos para Centros Culturais. A nova designação enfatiza a ampliação das atividades dos centros, que desenvolvem, paralelamente ao ensino da língua portuguesa, diversificada programação cultural.

Nessa mesma direção, em 2013 a Rede Brasileira de Ensino no Exterior, existente desde 1962 para a coordenação das atividades dos CES no ensino da língua portuguesa, é atualizada para a Rede Brasil Cultural, compreendendo as atividades voltadas a temas linguísticos, bem como a promoção de atividades para a comunidade brasileira no exterior e para o público internacional.

Ao contrário do que a descrição dessas políticas possa indicar, o lastro histórico da diplomacia cultural brasileira não se reflete necessariamente na continuidade de políticas e na construção de um arcabouço institucional sólido. Conforme apontam os estudos de Christopholetti (2017), A. P. Madeira (2016) Garcia (2003) e Ribeiro (1989), a diplomacia cultural é marcada pela sua descontinuidade e ausência de uma política nacional sólida voltada ao público estrangeiro, que valorize a potência cultural brasileira e a transforme em verdadeiro *soft power*. Como solução para o relativo desconhecimento do Brasil, A. P. Madeira (2016) sugere a criação de uma estrutura permanente de promoção cultural, com a capacidade de irradiar valores e assegurar ganhos na projeção externa brasileira.

Em maio de 2019, o Itamaraty noticiou a criação de um instituto para promoção e difusão da cultura brasileira no exterior batizado com o nome de Guimarães Rosa (RITTNER, 2019). Sem data definida para inauguração, o Instituto Guimarães Rosa (IGR) terá sedes em seis países: Peru, na América do Sul; Reino Unido e Hungria, na Europa; Angola, na África; Estados Unidos, na América do Norte e Israel, no Oriente Médio. Segundo A. P. Madeira (2016), desde os anos 1980, é recorrente a ideia de criação de um órgão independente capaz de dinamizar a política cultural exterior do Brasil.

Por se tratar de um projeto em curso, buscou-se o contato com a ministra Paula Souza, responsável pelo Departamento Cultural e Educacional do Itamaraty e diretamente responsável pelo instituto nascente. Por meio de uma entrevista, realizada em junho de 2020, foi possível obter informações valiosas para a presente pesquisa.

De acordo com a ministra, o instituto surge em uma conjuntura de maturidade institucional da diplomacia cultural brasileira, que finalmente está preparada para criar um órgão exclusivo à promoção cultural. O futuro Guimarães Rosa tem sua inspiração administrativa no Instituto

Camões<sup>13</sup> e compartilha do mesmo objetivo de dinamizar a diplomacia cultural, tornando-a mais eficiente. Nesse sentido, destaca-se que o futuro Guimarães Rosa não funcionará independentemente do Ministério das Relações Exteriores, sendo a concepção de suas estratégias responsabilidade de Brasília e os executores, diplomatas de carreira do Instituto Rio Branco. A escolha dos primeiros equipamentos respeita às estruturas prévias estabelecidas pela Rede Brasil Cultural, mas não se limita a ela. Por exemplo, em Nova York e Londres, utilizará estruturas dedicadas a atividades culturais, mas que não compõem a Rede. Nesse sentido, a localização visa uma distribuição abrangente (África, América do Norte, América do Sul, Europa e Oriente Médio), priorizando os países cujo público para atividades culturais brasileiras já está mais consolidado. O nome do instituto foi escolhido pela coincidência biográfica de Guimarães Rosa ter sido um importante nome para a cultura e para a diplomacia. Além disso, o instituto permitiria seguir a tendência já em curso nos últimos cinco anos de parcerias<sup>14</sup> com instituições culturais nacionais e internacionais, do setor público e privado, para viabilizar projetos de promoção cultural brasileira mais abrangentes.

As informações a respeito do planejamento do futuro instituto são extremamente relevantes e fornecem elementos interessante para a análise, no entanto, esbarram em um elemento factual importante constatado durante a entrevista: o instituto ainda não tem previsão de inauguração. Sem dúvida, a pandemia da Covid-19, que forçou a paralisação de atividades em todo o mundo, apresentou-se como um impeditivo importante na definição de datas e cumprimento do cronograma previsto. Entretanto, a ministra menciona em sua fala que as mudanças na Secretaria Especial de Cultura<sup>15</sup> também causaram conflitos de agenda, uma vez que, idealmente, a promoção cultural brasileira no exterior necessita de articulação com o órgão gestor do tema internamente.

---

13 Inicialmente vinculado ao Ministério da Educação, o Instituto Camões é transferido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 1994 e a partir de 2012 integra-se ao Instituto de Apoio ao Desenvolvimento (INPAD), tornando-se assim o Camões – Instituto de Cooperação e da Língua. Segundo os relatórios de gestão da organização, a fusão teve como objetivo potencializar a capacidade de intervenção e tornar a gestão de recursos mais eficiente.

14 A ministra Paula Souza está à frente do DCE desde 2015. Em sua gestão, tem viabilizado projetos como Brasil em Concerto (2017), uma parceria do Itamaraty com a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo, a Orquestra Filarmônica de Minas Gerais, a Orquestra Filarmônica de Goiás e a produtora estadunidense Naxos.

15 Uma das primeiras medidas de governo do presidente Jair Bolsonaro foi a extinção do Ministério da Cultura, transformando-o em Secretaria Especial da Cultura. Desde janeiro de 2019 a maio de 2020, o Brasil contou com cinco secretários.

Nessa perspectiva, chama atenção o descompasso da decisão do ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo por maior estruturação na ação cultural externa do Brasil em comparação ao estado geral da cultura no governo do presidente Jair Bolsonaro. A extinção do Ministério da Cultura e a subsequente mudança constante de secretários certamente dificultam a concepção e execução de políticas públicas, no entanto, a ausência de lideranças é mais um sintoma do que a causa do problema. Entre 2019 e 2020, a cultura tem sofrido duros ataques, com redução orçamentária, censura prévia de obras e descontinuidade em políticas públicas<sup>16</sup>.

Outro elemento de destaque é o movimento repetido de recriação de instituições já estabelecidas com o objetivo de instaurar um aparente ineditismo. Esse fenômeno não é exclusivo à cultura, sendo observado na diplomacia econômica e política do Brasil. Entretanto, conforme averiguado na entrevista, o futuro instituto cultural preservará a mesma base orçamentária e contará com o mesmo perfil de recursos humanos de que já dispõe atualmente a Rede Brasil Cultural. Sendo o objetivo de um instituto a maior autonomia e continuidade na implementação de uma política cultural, questiona-se não apenas de que modo isso será obtido no instituto, mas também qual o benefício concreto de criar uma nova marca e estrutura.

Além disso, o projeto do Instituto surge em um momento crítico para a própria política externa. Conforme apontado por Casarões (2020), o projeto pessoal (ou familiar) de poder de Jair Bolsonaro, marcado pelo reacionarismo ideológico e truculência política, determina as diretrizes diplomáticas do Brasil. Casarões classifica a atual política externa como diplomacia populista, “é algo inédito no Brasil, mesmo nos períodos autoritários, e desconhecido entre democracias consolidadas”. Em relação ao pendor ideológico das decisões, a aproximação e alinhamento de Ernesto Araújo ao escritor Olavo de Carvalho é também um elemento preocupante; quando o chanceler afirma que “o Bolsonaro está libertando o Brasil por meio da verdade e que também vai libertar o Itamaraty”<sup>17</sup>, levanta dúvidas não apenas sobre a qual verdade se refere, mas também sobre a viabilidade de uma ação autônoma do Ministério, considerando o contexto contemporâneo. A negação da ordem global, o alinhamento automático aos Estados Unidos, o desmantelamento interno do setor cultural, dentre tantos outros acontecimentos, apontam para um cenário pouco esperançoso até para as visões mais otimistas. Segundo a síntese de cinco ex-ministros de Estado, “a atual política externa do Brasil é irracional, uma

---

16 Para mais informações sobre o tema, ver Hercog (2020).

17 O trecho foi extraído do discurso de posse do ministro Ernesto Araújo (2019), quando se refere não apenas à libertação do Itamaraty da política ideológica comunista dos últimos governos, como defende a reorientação do Brasil para sua verdadeira essência.

vergonha, um desastre, subserviente, lunática e gera desprestígio”<sup>18</sup>. Entretanto, apenas com o tempo e com a definição de programas e diretrizes é que se poderá avaliar o impacto e o alcance dessa política.

## Conclusão

Articular um diálogo teuto-brasileiro com base nos processos históricos de definição e consolidação das diplomacias culturais dos respectivos países é desafiador. Há certas semelhanças geopolíticas — tais como a relevância econômica-comercial de cada país em sua respectiva região e zona comercial; a vastidão e riqueza de seus territórios; a densidade demográfica — e também algumas pautas diplomáticas comuns — como por exemplo a elaboração conjunta da proposta de resolução acerca do direito à privacidade na Era Digital, submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2013, ou a coparticipação dos países, junto à Índia e Japão, na aliança do G4, estabelecida em 2005 para pressionar, no âmbito da ONU, o processo de reforma do Conselho de Segurança (CSNU). Ainda assim, é seguro afirmar que o arcabouço institucional e os paradigmas de política externa da Alemanha e do Brasil avançam por caminhos divergentes, em parte pelos processos políticos experienciados por ambos países ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, em parte pelas posturas de seus respectivos governantes frente às transformações recentes da conjuntura internacional.

Ainda assim, a partir das pesquisas sobre os institutos Goethe e Guimarães Rosa, percebemos o estreito vínculo entre a *arquitetura institucional, gestão e atuação* dessas instituições e os interesses diplomáticos e geoestratégicos dos países que representam. Através de seus históricos, objetivos, programas e conteúdos, esses centros comunicam valores políticos e sociais, disseminam símbolos históricos e culturais e promovem discussões contemporâneas que ocorrem dentro de seus respectivos países. Essa promoção beneficia a ampliação e diversificação do diálogo intercultural, além de contribuir para a conquista de outros objetivos internacionais, de caráter político, econômico e técnico-científico. Nesse sentido, observamos que embora as *políticas culturais* apresentadas se estruturam com base em entendimentos distintos da *dimensão antropológica* da cultura, pelo teor dos valores simbólicos que cada uma delas carrega, há similaridades estruturais no tocante à *dimensão*

---

18 Em abril de 2020, em debate promovido pela Brazil Conference da Universidade Harvard, os ex-chanceleres Celso Amorim, Celso Lafer, Aloysio Nunes Ferreira, o ex-ministro da Fazenda e ex-embaixador em Washington Rubens Ricupero e o ex-secretário especial de assuntos estratégicos Hussein Kalout condenaram unanimemente a condução da política externa do governo Bolsonaro (MELLO, 2020)..

*sociológica*, com a constituição de uma rede internacional para criação intencional de sentidos e objetivos políticos.

Assim, esperamos ter contribuído para o entendimento dos institutos culturais como instrumentos estratégicos da diplomacia cultural, aliados inegáveis no processo de construção e consolidação de relações interculturais sustentáveis ao longo do tempo e, portanto, peças estratégicas no processo de consolidação do *soft power* de uma nação.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, Celso. “Cultura e Soft Power” (palestra). Centro de Pesquisa e Formação, Serviço Social do Comércio (CPF Sesc-SP). São Paulo, 2015.
- ANHOLT, Simon. “Beyond the Nation Brand: The Role of Image and Identity in International Relations”. *Exchange*, Syracuse (NY), v. 2, n. 1, pp. 7-12, 2011. Disponível em: <<https://surface.syr.edu/exchange/vol2/iss1/1>>.
- ARAÚJO, Ernesto. “Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores”. Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/33Cslo9>>.
- AUSWÄRTIGES Amt. “Aufgaben des Auswärtigen Amts”. *Außen und Europapolitik*, 14 ago. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3mEUwtL>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. “Auswärtige Kultur – und Bildungspolitik: Basis für starke internationale Beziehungen”. *Außen und Europapolitik*, 16 jan. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2JC1ocS>>. Acesso em: maio–jun. 2020. [Versão em inglês: <<https://bit.ly/3ly18IY>>.]
- \_\_\_\_\_. “Die transatlantischen Beziehungen”. *Außen – und Europapolitik*, 4 maio 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/33FQbz5>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. “Grundprinzipien deutscher Außenpolitik”. *Außen – und Europapolitik*, 9 out. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/36APE34>>. Acesso em: mar.–jun., 2020.
- \_\_\_\_\_. “Krisenfrüherkennung, Konfliktanalyse und Strategische Vorausschau”. *Außen – und Europapolitik*, 7 fev. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2KXMLkw>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. *Kultur und interkultureller Dialog*. Disponível em <<https://bit.ly/3qtvhN6>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.

- AUSWÄRTIGES Amt. “Nationaler Aktionsplan, Wirtschaft und Menschenrechte”. *Außen – und Europapolitik*, 23 nov. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/36B3hPJ>>. Acesso em: mar.–junho 2020.
- \_\_\_\_\_. *Themen deutscher Außenpolitik*. Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/de/aussenpolitik/themen>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- BARÃO, Giulia Ribeiro. *A diplomacia cultural na política externa do governo Lula: um novo projeto de desenvolvimento nacional (2003-2010)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- BECKHAUSER, Alex Sandro. “A língua portuguesa como recurso da política externa brasileira à luz da diplomacia cultural”. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 12., n. 1, pp. 784-802, 2018.
- BOTELHO, Isaura. “Dimensões da cultura e políticas públicas”. *São Paulo em perspectiva*, São Paulo, v. 5, n. 2, abr.–jun., pp. 73-83, 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200011>>.
- \_\_\_\_\_. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. 1. ed. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- BMI – Bundesministerium des Innern, für Bau und Heimat. *Cyber-Sicherheitsstrategie für Deutschland 2016*. Disponível em: <<http://www.bmi.bund.de/cybersicherheitsstrategie/>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- CARR, Edward Hallet. *Vinte Anos de Crise (1919-1939)*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
- CASARÕES, Guilherme. “Política externa sob Bolsonaro e Ernesto Araújo inaugura a diplomacia populista”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 22 abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3qkqL3w>>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- CASTRO, Flávio M. de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora da UnB, 1983.
- CHRISTOPHOLETTI, Rodrigo. “Bens Culturais e Relações Internacionais” (palestra). Centro de Pesquisa e Formação, Serviço Social do Comércio (CPF Sesc-SP). São Paulo, 2017.
- DEUTSCHE WELLE. “Goethe-Institut looks back on 60 years of cultural exchange”. *Tops Stories – Culture*, 29 jul. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/36AFCz6>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- DINNIE, Keith. *Nation branding: Concepts, Issues, Practice*. 1. ed. Oxford: Elsevier, 2008.
- DUMONT, Juliette. *Le Brésil et l’Institut International de Coopération Intellectuelle (1924-1946): le pari de la diplomatie culturelle*. Paris: IHEAL, 2009.
- \_\_\_\_\_; FLÉCHET, Anaís. “‘Pelo que é nosso!’: a diplomacia cultural brasileira no século XX”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, n. 67, pp. 203-21, jun. 2014. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882014000100010>>. Acesso em: 5 maio 2020.

- FEDERAL FOREIGN OFFICE [Auswärtiges Amt.] “Directorate-General for Culture and Communication”. *About us* [s.d.]. Disponível em: <<https://bit.ly/3oqGw7r>>. Acesso em: 21 mar. 2020.
- \_\_\_\_\_. “International cyber policy”. *Foreign & European Policy* [s.d.] Disponível em: <<https://bit.ly/33JlokV>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. “Speech by Foreign Minister Guido Westerwelle at the conference: “The Internet and Human Rights: Building a free, open and secure Internet””. *News & Service*, 14 set. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/3oh0Pnu>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- \_\_\_\_\_. “Speech by Foreign Minister Guido Westerwelle on the 60th anniversary of the founding of the Goethe-Institut in Berlin”. *News & Service*, 5 jul. 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2JHb6uv>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- GARCIA, Cícero Martins. *Importância e formas de aprimoramento da atividade de difusão cultural como instrumento da política externa brasileira*. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos) – Instituto Rio Branco, Brasília, 2003.
- GOETHE INSTITUT. “History of the Goethe-Institut”. *About us* [s.d.]. Disponível em: <<https://www.goethe.de/en/uun/org/ges.html>>. Acesso em: 2 abr. 2020.
- \_\_\_\_\_. “Organisation”. *About us* [s.d.]. Disponível em: <<https://www.goethe.de/en/uun/org.html>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- GOETHE INSTITUT BRASILIEN. “Tarefas e Objetivos”. *Quem somos* [s.d.]. Disponível em: <<https://www.goethe.de/ins/br/pt/ueb/auf.html>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- HARTIG, Falk. “German Public Diplomacy: The Importance of Education”. In: CHITTY, N.; JI, L.; RAWNSLEY, G. D.; HAYDEN, C. *The Routledge Handbook of Soft Power*. Nova York: Routledge, 2017, pp. 260-71. Disponível em: <<https://bit.ly/37wQrTz>>. Acessado em: maio–jun. 2020.
- HERCOG, Alex Pegna. “Primeiro ano de governo Bolsonaro é marcado por ataques à cultura”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, 19 fev. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/37v4YxG>>.
- IFA – Institut für Auslandsbeziehungen. “Organisation”. Disponível em: <<https://www.ifa.de/organisation/#section2>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- KI – Nationale Strategie für Künstliche Intelligenz. AI Made In Germany (portal), 2018. Disponível em: <<https://www.ki-strategie-deutschland.de/home.html>>. Acesso em mar.–jun. 2020.
- LANSHINA, Tatiana. “The Goethe Institute and Soft Power”. *International Organisations Research Journal*, Moscou, v. 10. n. 1, pp. 86-104, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2700299>>. Acesso em: mar.–jun. 2020.
- LESSA, Mônica Leite; SUPPO, Hugo. “O estudo da dimensão cultural nas Relações Internacionais: atribuições teóricas e metodológicas”. In: \_\_\_\_\_; GONÇALVES, W. S. (org.). *História das Relações Internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

- MADEIRA, Alcir Pimenta. *Instituto de cultura como instrumento de política externa*. Brasília. Funag, 2016
- MADEIRA, Mariana Gonçalves. *Economia Criativa: implicações e desafios na política externa brasileira*. Brasília. Funag, 2014.
- MELLO, Patrícia Campos. “Ministros de 5 governos diferentes condenam política externa brasileira atual”. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 28 abr. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/39GRfpV>>.
- MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública*. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, pp. 11-41, jan.–jun. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/39GRfpV>>. Acesso em: 24 maio 2020.
- MRE – Ministério das Relações Exteriores. *História dos centros culturais brasileiros*. Brasília: MRE, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2JOdVcU>>.
- NYE JR., Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Think Again: Soft Power”. *Foreign Policy*, Washington, DC, 23 fev. 2006. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2006/02/23/think-again-soft-power/>>. Acesso em: 3 maio 2020.
- \_\_\_\_\_; KEOHANE, Robert O. *Poder e Interdependência: La política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988.
- OLIVEIRA, Amâncio J.; ONUKI, Janina. “Eleições, partidos políticos e política externa no Brasil”. *Revista Política Hoje*, Recife, v. 19, n. 1, p. 144-85, 2010.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. “Brasil, Mercosul e a segurança regional”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, pp. 108-29, 2000.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. “Eleições, política externa e integração regional”. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 27, pp. 145-55, 2006.
- PORTLAND Communication. *The Soft Power Report: A Global Ranking of Soft Power – 2019*. Los Angeles: Portland, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/37C2T33>>. Acesso em: 5 maio 2020.
- RIBEIRO, Edgard Telles. *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: IPRI / Funag, 1989.
- RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal, 2017.
- RITTNER, Daniel. “O novo instituto Guimarães Rosa”. *Valor Econômico*, São Paulo, 22 maio 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/3qsxkB1>>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- SOUZA, Paula Alves de; VIEIRA, Aurea. “Desafios de internacionalização das artes cênicas brasileiras” (palestra). Centro de Pesquisa e Formação, Serviço Social do Comércio (CPF Sesc-SP). São Paulo, 2019.
- SZONDI, Gyorgy. “Public Diplomacy and Nation Branding: Conceptual Similarities and Differences”. In: MAWBY, S.; MELISSEN, J. (ed.). *Discussion papers in diplomacy*. Netherlands Institute of International Relations “Clingendael”, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2L6sVDS>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. “A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação”. *Contexto internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, pp. 273-335, dez. 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-85292007000200002>>. Acesso em: 5 maio 2020.
- \_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. “Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração”. *Tempo social*, São Paulo, v. 15, n. 2, pp. 31-61, nov. 2003. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702003000200003>>. Acesso em: 5 maio 2020.
- VILLANOVA, Carlos Luís Duarte. *Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI*. Brasília: Funag, 2017.
- WEIGEL, Sigrid. *Transnational foreign cultural policy – Beyond national culture: Prerequisites and perspectives for the intersection of domestic and foreign policy*. Berlim: Institut für Auslandsbeziehungen, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3d1s41a>>. Acesso em: 08 de abr. 2020.